



GT 18. As encruzilhadas entre fazer sofrer ou devolver a dor nas teias governamentais do sofrimento

Coordenador(es):

Larissa Nadai (USP - Universidade de São Paulo)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Sobre fazer sofrer: o sofrimento como técnica e modo de governo

Debatedor/a: Everton de Oliveira (UEM - Universidade Estadual de Maringá)

Sessão 2 - Sofrimento como gramática: enredamentos entre política e práticas de existência

Debatedor/a: Adriana dos Santos Fernandes (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Dando continuidade aos debates iniciados na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Brasília, este Grupo de Trabalho aborda a relação entre as diversas malhas governamentais e seus efeitos na condução da vida cotidiana. Especificamente, interessa-nos os efeitos que geralmente são traduzidos como sofrimento, tanto pelos sujeitos que experienciam essa condição afetiva quanto pelos discursos que compõem o aparato governamental e seus modelos de gestão de corpos, populações e territórios. Ou seja, situações de pesquisa cujo nexos está exatamente em situar o sofrimento tanto nas tramas que conformam o aparato governamental em seus mais variados setores, órgãos e instituições, quanto no modo pelos quais os sujeitos se movem por tais emaranhados estatais. Nesse sentido, por um lado, procuramos reunir neste GT, investigações atentas etnograficamente aos modos pelos quais as instâncias estatais induzem (ou refreiam) o sofrimento (físico, moral ou subjetivo) das populações que visam governar, num entrecruzamento cujo móvel está nas práticas de controle, cuidado, intervenção, perscrutação e/ou extermínio de corpos, relações e territórios. Por outro lado, a fim de escrutinar os limites éticos de pesquisa em tais condições - assim como os desafios de uma escrita antropológica da dor que não reincida ela mesma na classificação maciça do sofrimento -, daremos prioridade às reflexões metodológicas e políticas nas quais a antropologia e as ciências sociais sejam o próprio foco de atenção.

Modos de sentir, sofrer, conflitar e reconciliar: a regulação dos conflitos familiares nas tramas da Justiça

Autoria: Camilla Felix Barbosa de Oliveira (clínica), Raquel Wiggers

Este work consiste em um recorte de pesquisa doutoral e etnográfica acerca dos conflitos familiares e dos modos de resolução dos mesmos operados pelo sistema de Justiça, na qual temos analisado as ditas políticas humanizadas que propõem uma justiça sensível às problemáticas emocionais, em especial os traumas e sofrimentos advindos do divórcio/litígio conjugal. Sustentamos a tese de que tal movimento, denominado de humanização da justiça, caracteriza-se por um conjunto de tecnologias e práticas judicializantes que se propõem a gerir relações, sentimentos e comportamentos. Com efeito, nos deparamos com a legitimação de modos de regulação das famílias, sobretudo de determinadas modalidades de sentir e de sofrer tidas como adequadas/inadequadas, normatizando atitudes, falas e emoções que os sujeitos passam a incorporar em suas narrativas pessoais e que embasam os discursos coletivos e as políticas contemporâneas. Destarte, tomaremos como exemplo uma das categorias etnográficas emergentes do campo de pesquisa, a saber, a reconciliação. Trata-se de situações de audiências de conciliação, inicialmente com demandas de divórcio, que culminaram na reconciliação dos sujeitos provocadas pelas intervenções e suposta capacidade empática dos agentes estatais. Em outros termos, casos e histórias que ganharam notoriedade midiática de famílias



cujos sofrimento e dor da separação deram lugar a um "final feliz"? ? isto graças à sensibilidade do juiz ou mediador de perceber sinais como troca de olhares, gestos carinhosos, expressões de sofrimento, relutância e outros indícios de sentimentos existentes no decorrer das audiências. Ao analisar criticamente tais cenas, problematizamos as lógicas de tais práticas ditas humanizadas e esse modo de fazer justiça que passa pela análise e regulação dos sentimentos e sofrimentos das pessoas envolvidas em um litígio judicial. Portanto, compreendemos que o discurso da humanização se ancora na moralidade dos agentes do Estado que se propõem não só o ouvir o sentimento do outro, mas à corrigi-lo, moldá-lo e ajustá-lo, caracterizando as modalidades de resolução de conflitos e de se fazer justiça na atualidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: